

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Discutimos neste Parlamento um Plano e um Orçamento que ao contrário dos anos anteriores, diminui as respetivas verbas e acompanha assim o momento de crise económica e financeira que se vive na Região, no País, na Europa e no Mundo.

O Plano e o Orçamento do Governo, devem sempre, e agora mais do que nunca, ser instrumentos que promovam as melhores escolhas; maximizem a utilidade dos recursos e potenciem a melhor reprodutividade dos investimentos.

Sem descuidar as medidas sociais que serão necessárias adotar a este momento de crise, é por demais importante reanimar a nossa economia, em particular, revitalizar as empresas regionais e locais.

O Poder Local regional, é um dos mais importantes agentes do desenvolvimento de cada um dos 19 Concelhos da nossa Região.

Importa assim, neste momento de dificuldades financeiras globais e transversais, perceber qual o atual e verdadeiro quadro em que se movem as nossas autarquias, para perceber a real capacidade de que estas dispõem para continuar a cumprir esse grande desiderato de sempre que é o de se constituírem como importantes agentes do desenvolvimento dos nossos Concelhos e das nossas ilhas.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

A generalidade das Câmaras Municipais dos Açores vive hoje uma profunda crise financeira.

Algumas delas encontram-se já em processos de reequilíbrio ou de saneamento financeiro e outras muito próximo de tal suceder num curto prazo.

Os problemas orçamentais que todas atravessam, relacionam-se com elevados níveis de endividamento, agravados com os cortes severos nas suas receitas, com origem na redução das transferências de verbas do Estado para os Municípios e na menor cobrança de impostos municipais.

Neste quadro de grandes constrangimentos financeiros e orçamentais, as Câmaras ver-se-ão impossibilitadas de realizar importantes investimentos, podendo pôr em causa a vida económica e social dos nossos Concelhos e respetivas populações.

Sem possibilidade de recurso ao crédito e sem disponibilidades de tesouraria, ser-lhes-á muito difícil executar projetos de relevo, participados por fundos comunitários, já que, em grande parte dos casos, nem terão possibilidades de assegurar os 15% da componente de autofinanciamento correspondente.

Deste modo, corre-se o risco das Câmaras Municipais nem terem capacidade de aproveitar os fundos comunitários que têm disponíveis neste quadro comunitário de apoio, o que poderá traduzir-se num prejuízo para a Região e para as populações açorianas que vivem nas nove ilhas dos Açores.

**Passados 5 anos de execução do Programa Proconvergência, apenas foram executados pelas 19 Câmaras Municipais da Região, 40% dos 191 milhões de euros disponíveis. Faltando apenas 2 anos para terminar a vigência deste Programa faltam executar 60% desses 191 milhões de euros. Ou seja, estão por executar 115 milhões de euros de fundos do FEDER que podem originar uma despesa pública correspondente a 135 milhões de euros.**

Esta despesa pública, a concretizar-se, será repartida pelos dezanove Concelhos da nossa Região e muito pode contribuir para a revitalização das empresas de construção civil e do comércio ao nível local, contribuindo assim para a manutenção de milhares de postos de trabalho e suportando o rendimento de milhares de famílias açorianas.

Não aproveitar integralmente estes fundos por via das autarquias, e com eles promover os efeitos positivos na economia local e na preservação da estabilidade socio-financeira das famílias, será um erro grave que se poderá vir a pagar muito caro, num futuro próximo.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

**O PSD, em coerência com o que sempre tem defendido em relação às famílias, às empresas e ao emprego, propõe que por via da Cooperação Técnico-Financeira Direta, o Governo Regional intensifique a solidariedade institucional, com as 19 Câmaras Municipais dos Açores, num quadro de transparência, clareza e equidade, participando em**

**50%, a componente de autofinanciamento das Câmaras Municipais (15%) em projetos de investimento, aprovados no Proconvergência.**

**Esta medida deverá manter-se até ao final do atual quadro comunitário de apoio, por forma a assegurar o integral aproveitamento dos fundos comunitários disponibilizados aos Açores, nomeadamente os afetos ao Poder Local da Região.**

**Propomos um reforço financeiro de 3,1 milhões de euros no projeto 21.4.2 do Plano – Cooperação Financeira com os Municípios.**

**Com esta medida será possível, no próximo ano, realizar mais de 40 milhões de euros de despesa pública, distribuída pelos 19 Concelhos da nossa Região.**

Esta é uma proposta séria, credível, responsável e exequível.

Ela tem enquadramento legal. Tem enquadramento político. Aqui propomos enquadramento orçamental, restará apenas a ela juntar a vontade política. E essa dependerá do sentido de voto que os diferentes grupos e representações Parlamentares que compõem este Parlamento, lhe queiram atribuir.

Esta proposta foi aliás muito bem recebida pelo Presidente da Associação dos Municípios dos Açores, um ilustre autarca socialista. Ele, conhecedor do difícil quadro financeiro das autarquias, melhor do que qualquer um de nós, entende bem a importância e o alcance positivo da proposta que o PSD aqui traz, em matéria do desenvolvimento regional e do quanto ela pode ajudar as empresas e as famílias neste tempo especial de crise que se vive na Região e que tende a agravar-se. Concordou com ela e até nos incentivou a levá-la por diante!

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

O projeto de desenvolvimento regional e a crise em que estão mergulhadas as famílias e as empresas regionais e locais, precisam de um Poder Local e de um Governo Regional fortes e com recursos suficientes para enfrentar os tempos difíceis que aí vêm!

Estes dois Poderes juntos serão mais fortes e poderão assim dar melhores e mais eficazes respostas, às dificuldades dos açorianos.

Por isso entendemos que:

- Este é o tempo de unir esforços e de congregar energias!
- Este é o tempo de provar que o interesse da Região deve estar acima do interesse político-partidário!
- Este é o tempo de valorizar a solidariedade institucional e dar primazia à subsidiariedade!
- Este é o tempo de superar dificuldades e de ganhar oportunidades!

O PSD cumpre aqui também, com esta proposta, a sua responsabilidade política. Espera, no entanto, que todas as forças políticas representadas neste Parlamento entendam a sua dimensão e importância e lhe deem o melhor acolhimento.

**Perder esta oportunidade, equivalerá a hipotecar o nosso futuro!**

Disse!